

CORPOS ESCALPELADOS: ENTRE MARCAS FÍSICAS, SOCIAIS E EDUCATIVAS

SCALPED BODIES: AMONG PHYSICAL, SOCIAL AND EDUCATIONAL MARKS

CUERPOS ESCALPEADOS: ENTRE MARCAS FÍSICAS, SOCIALES Y EDUCATIVAS

Edwana Nauar de ALMEIDA¹
Cely do Socorro Costa NUNES²

RESUMO: Estuda-se a situação de vulnerabilidade de mulheres ribeirinhas vítimas de escalpamento na Amazônia, com o objetivo de compreender como ocorre o processo de construção das marcas sociais e educacionais tatuadas em seus corpos, atravessadas pelas percepções socioculturais. A metodologia de abordagem qualitativa teve as entrevistas narrativas (auto)biográficas como instrumento para a produção de dados obtidos com dez mulheres escalpeladas. As narrativas evidenciam que sentimentos de vergonha e medo das mulheres surgem em diferentes contatos sociais, os quais reforçam atitudes de autoexigência e autodepreciação, bem como de resistência. Concluímos que as mulheres ao narrarem sobre as marcas do preconceito e discriminação, revelam aventuras, comédias e dramas de suas vivências em variados cenários social, educacional, tornando-se, as protagonistas de suas sociabilidades, uma vez que são elas que escrevem e reescrevem sua história, constroem seu jeito de ser e pensar-se, fazem cultura, marcam sua presença e recriam seus territórios dentro desse novo corpo.

Palavras-chave: Práticas sociais e educacionais. Corpo escalpelado. Amazônia.

ABSTRACT: *This article focuses on the study of the vulnerability situation of riverside women victimized by scalping accident in the Amazon region in Pará, aiming to understand how the construction process of socio-educational marks printed in their bodies occurs, crossed by cultural perceptions. The methodology we used is on the field of qualitative approach having (auto) biographic narrative interviews as instrument for data production with ten scalped women. The narratives show that women feel shame and fear in social contact, which reinforce self-demand and self-deprecation attitudes, as well as resistance. We conclude that when women narrate prejudice and discrimination marks, they reveal the adventure, comedy and drama of their living in varied social and educational sceneries, becoming the protagonists of their sociability, once they write and re-write their own history, construct their new way of being and thinking, make culture, say they are present and recreate their territories inside a new body.*

key-words: *Socio and educational practices. Scalped bodies. Amazon Region.*

¹ Pedagoga formada pela Universidade da Amazônia - UNAMA, Belém - 2003. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-1674-208X>. E-mail: ednauar@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000) - UNICAMP, Brasil. Professora convidada do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará - PPGED - ICED - UFPA, Brasil. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-7594-452X>. E-mail: csnunes@ie.ulisboa.pt

RESUMEN: *El artículo se enfoca en el estudio de la situación de vulnerabilidad de las mujeres ribereñas víctimas del escalpo del cuero cabelludo en la Amazonía Paraense, con el objetivo de comprender cómo el proceso de construcción de marcas sociales tatuadas ocurre en sus cuerpos atravesado por percepciones socioculturales. La metodología del enfoque cualitativo utilizó entrevistas narrativas (auto) biográficas como un instrumento para la producción de datos obtenidos con diez mujeres escalpeadas. Las narraciones evidencian que vergüenza y miedo se convierten en sentimientos que surgen en contacto sociales, lo que refuerza su autoexigencia y autodesprecio, como también la resistencia. Concluimos que las mujeres, cuando hablan de las marcas de prejuicio y discriminación, hacen visible aventuras, comedias y dramas que viven en escenarios variados sociales y educativos, convirtiéndose en las protagonistas de su sociabilidad, porque son ellas que escriben y re-escriben sus historias, construyen sus formas de ser y pensar, hacen cultura, marcan su presencia y recrean sus territorios dentro de su nuevo cuerpo.*

Palabras clave: *Prácticas socioeducativas. Cuerpo escalpeado. Amazonía.*

Introdução

No Estado do Pará os rios desempenham um papel fundamental para a construção de identidades e de saberes dos habitantes da região. Escador da vida econômica e cultural, é justamente no rio – como lugar material e simbólico –, que ocorre um dos mais trágicos acidentes vividos pela população ribeirinha amazônica: o escalpamento, que produz corpos mutilados de meninas, na maioria, e de mulheres adultas, que ao menor descuido têm os cabelos enroscados no eixo da embarcação e brutalmente arrancados. Mesmo diante das ações desenvolvidas por instituições governamentais e não-governamentais, o acidente ainda faz parte da realidade da Amazônia, visto que em 2019, conforme o G1 Pará³ (2019), a Secretaria de Saúde do Pará (SESMA) informou que já aconteceram 12 acidentes em 2019, o dobro do ano anterior, sendo o último ocorrido em 23 de dezembro de 2019, com uma menina de 7 anos, no município de Oriximiná, oeste do Pará, que teve perda total do couro cabeludo. Durante a elaboração desse artigo, tomei conhecimento da ocorrência⁴ de outro acidente por escalpamento nessa mesma localidade, dado início aos registros estatísticos de 2020, uma marca histórica de 50 anos de escalpamentos na Amazônia.

³ Portal O Liberal, site G1 Pará. **Casos de escalpamento quase dobram no Pará em 2019.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/12/26/casos-de-escalpamento-quase-dobram-no-para-em-2019.ghtml>. Acesso em: 26 de dez. 2019.

⁴ Portal O Liberal, site G1 Pará. **Novo caso de escalpamento é registrado em Oriximiná.** Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8225297/>. Acesso em: 09 de jan. 2020.

Ao considerarmos que o corpo é significado *pela e na* cultura, podemos inferir que os corpos das mulheres escalpeladas não carregam apenas as marcas físicas provocadas pelo escalpelamento, mas, sobretudo, cicatrizes de um estigma de marginalização que marca a identidade feminina de cabocla, negra, indígena ou ribeirinha amazônica.

Foucault (1997) nos orienta a pensarmos o corpo como um objeto a ser problematizado, pois ele é uma entidade historicamente produzida, investida por forças disciplinadoras que operam por meio de um conjunto de enunciados de "verdades" jurídicas, religiosas, psicológicas e pedagógicas que estabelecem padrões de comportamento, sujeitando os indivíduos ou grupo social a um tipo de conduta ideal. Portanto, pensar o corpo a partir desse pressuposto significa concebê-lo como um fenômeno social, cultural e educacional, essencialmente simbólico e objeto de representações e imaginários. Para o autor, a prisão, o hospício e a escola são exemplos de "instituições de sequestro" (FOUCAULT 1997, p. 224), que disciplinam, normatizam, homogeneizam e silenciam os corpos, tornando-os úteis e dóceis.

As marcas das experiências corporais, forjadas *pelas e nas* relações dos homens/mulheres em sociedade, atravessam nossa subjetividade e identidade e nos remetem ao questionamento sobre como, de que maneira, estas experiências afetam as mulheres escalpeladas. Neste contexto, não podemos esquecer do papel estratégico que as práticas sociais e educacionais têm como veículo transmissor de um sistema de valores que, aos poucos, por meio das relações interpessoais, são incorporadas, formando as percepções que temos de nós e do mundo. Assim, as relações interpessoais estabelecidas pelas vítimas de escalpelamento estão atravessadas pelas percepções socioculturais compartilhadas e transmitidas pelo grupo, tornando-se parte constituinte de uma nova identidade e subjetividade. Seu corpo é, portanto, invadido pelos processos de normalização do corpo ideal (LOURO, 1997).

Nossa argumentação consiste, portanto, em problematizar os processos sociais e educacionais vivenciados pelas mulheres ribeirinhas vítimas de escalpelamento em diferentes espaços sociais, como a família, escola, igreja, comunidade, entre outros, objetivando saber quais memórias e experiências marcaram o processo de formação humana, agora com o novo corpo, marcado pelo estigma do escalpelamento. O corpo, portanto, fala/silencia por elas.

Metodologia

A pesquisa iniciada em 2017, vinculada aos estudos de doutoramento da primeira autora, sob a supervisão da segunda, ainda em andamento, objetiva compreender como ocorrem os processos de significações, sentidos e percepções que permeiam a construção da identidade e subjetividade de mulheres ribeirinhas escarpadas, considerando a relação simbólico-emocional estabelecida com os espaços sociais e educacionais. Utilizamos neste estudo a investigação qualitativa, tendo as narrativas orais como referencial teórico-metodológico. Foi no campo da abordagem qualitativa que a pesquisa com as narrativas (auto) biográficas, vozes, histórias de vida e memórias (BAUER; GASKELL, 2015) apresentou-se como orientação teórico-metodológica que melhor atendeu às exigências deste estudo.

Conforme Bogdan; Biklen (1994, p. 50), uma pesquisa inspirada em uma leitura fenomenológica do mundo está interessada no "modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas", atentando para os sentidos e significações que permeiam as relações de sociabilidades, interações e aprendizagem dos seres humanos, ou seja, "são as realidades múltiplas e não uma realidade única que interessam ao investigador qualitativo" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 60) que faz uso da abordagem qualitativa, buscando compreender o universo de significados (motivos, aspirações, crenças, valores) que as experiências, as interações e os acontecimentos têm para as pessoas em situações particulares.

Por basear-se nas experiências vividas por mulheres ribeirinhas escarpadas da Amazônia, a narrativa autobiográfica foi uma ferramenta que permitiu desvendar o conteúdo subjetivo presente nas vivências sociais e educacionais dessas mulheres (as lembranças com os professores/as, colegas, família e comunidade), visando compreender os significados construídos por intermédio das interações estabelecidas, como vem se construindo a noção de si em função dessa nova corporeidade; a forma como lidam com as experiências de vulnerabilidade organizadas subjetivamente e ligadas/conquistadas no processo de produção da sociabilidade após o acidente por escarpamento.

Esse estudo contou com a participação de 10 (dez) mulheres escarpadas⁵ e teve como *lôcus* inicial de busca das participantes da pesquisa a Organização Não-

⁵ Foram utilizados nomes fictícios, garantindo o anonimato das participantes nesta pesquisa, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Governamental dos Ribeirinhos Vítimas de Acidente de Motor – ORVAM⁶, onde foram realizadas as três primeiras entrevistas. As outras sete participantes foram indicadas pelas próprias mulheres escarpeladas e as entrevistas realizadas na Universidade da Amazônia (UNAMA) e na residência das vítimas, na cidade de Belém. As entrevistas tiveram uma duração em torno de 1h30, cuja as narrativas foram transcritas na íntegra e editoradas pelas autoras após leitura e consentimento das respectivas participantes.

Para a pesquisa de doutorado, desenvolvemos quatro (4) eixos de análise, a saber: 1) O processo de construção das práticas sociais, educacionais e as sociabilidades em territórios negados; 2) O acidente por escarpelamento: entre as marcas físicas e a vulnerabilidade institucional; 3) As marcas da sociabilidade na trajetória escolar; 4) A aprendizagem sob o ponto de vista da expectativa normatizante: do encobrimento à aceitação por meio das estratégias de pertencimento, enfrentamento e resistência. Dentre estes, trazemos para este artigo uma síntese do terceiro e quarto eixos.

Utilizamos a técnica da entrevista narrativa proposta por Schütze (2011), em que foi possível, por meio das memórias das vítimas de escarpelamento, trazer à tona os significados dos acontecimentos de forma singular, possibilitando conhecer subjetividades, pensamentos, sentimentos, desejos e quereres que orientam suas ações e explicações. Dessa forma, as narrativas orais possibilitaram conhecer como as mulheres interpretam suas experiências, como percebem as práticas de discriminação, os motivos (porquês) que permeiam suas ações e estratégias de enfrentamento a essas situações, como elas se dedicam para administrá-las e, principalmente, identificar quais mecanismos elas utilizam para superá-las.

O tratamento das entrevistas foi feito seguindo a proposta de Schütze (2011), tendo iniciado com os processos de textualização, organização (ordem cronológica), análise, interpretação das entrevistas narrativas, abstração analítica, momento em que identificamos pontos comuns e singularidades nas trajetórias sociais e educacionais das entrevistadas.

Desse modo, tendo o corpo como categoria central de análise, pretendemos por em evidência as práticas sociais e educacionais decorrentes dos processos de sociabilidade do corpo marcado, visando compreender como essas experiências

⁶ ONG que atende às vítimas, desde 2011, desenvolvendo campanhas de doação de cabelos para a confecção de perucas pelas próprias vítimas e diversas ações voltadas para a recuperação e reinserção de mulheres escarpeladas.

interferem na construção das subjetividades, sentidos, percepções de si e projetos de vida.

Corpo amazônico marcado: que corpo é esse?

Ao nos debruçarmos sobre os primórdios da história social e política do Brasil, vemos que se trata de uma história de violência contra os corpos dos habitantes da América, o que nos permite compreender como o corpo indígena foi "docilizado" e interditado por aqueles que impunham e detinham o poder e o saber. Amantino (2011) enfatiza que a história dos índios, primeiros habitantes do Brasil, está ligada à história de diversos tipos de violência, não somente à história do controle sobre suas vidas e cultura, mas à história de controle do corpo propriamente dito. Considerados como não possuidores de cultura, ou melhor, como pessoas não civilizadas, portadores "do que não condizia com o que se esperava de uma cultura evoluída" (p.40), os índios sofreram com o processo de domesticação por aqueles que queriam civilizá-los, os colonizadores europeus.

Gonçalves (2005, p. 19) reforça esta visão sobre as populações indígenas ao afirmar que os índios, por não serem reconhecidos como iguais aos colonizadores, "eram, na verdade, não-brancos, uma primeira maneira de não-ser". Contudo, se por um lado sua existência como seres era negada, uma vez que sua cultura e seus corpos não tinham razão de ser, sua vida produtiva servia para prover os interesses e o sustento dos "conquistadores-invasores". O processo de colonização no Brasil, conforme Pitanga (2006), foi baseado não somente na devastação de matas pela exploração de recursos naturais, mas na devastação de corpos e de todo um quadro de referências culturais na prática da escravidão, servidão e do genocídio indígena.

O corpo, nos lembra o saudoso Freire (2000), foi negado pelos jesuítas, quando da chegada do homem branco à América, dando origem a nossa brutal história de interdição, negação e extermínio de "corpos", ainda recorrentes, seja de indígenas, ribeirinhos, povos das florestas ou negros/as, todos retirados do seu *habitat* natural. Para o autor, o "corpo e a alma de seus povos originários, [...] – índios e índias, negros e negras, brancos e brancas e mamelucos – foram rasgados, seus sonhos despedaçados, suas vidas roubadas" (FREIRE, 2000).

Neste contexto, Gonçalves (2005) acrescenta que a exploração e ocupação da Amazônia, pelos colonizadores, influenciaram a formação social, educacional e

identitária de seus povos. Para o autor, os povos amazônicos foram moldados com critérios externos (“de fora”) a partir do que invasores acreditavam faltar nessas culturas; em outras palavras, em critérios definidos em função do enfrentamento de discursos de poder de fora *sobre* a Amazônia e *na* própria Amazônia, resultantes de lutas ideológicas no jogo de poder, que historicamente foram pouco a pouco construindo uma ideia de verdade sobre a região amazônica, exemplificado, a seguir, na crítica de Gonçalves (2005) quanto ao discurso oficial do governo de outrora.

Esse consenso a respeito do que seja Amazônia tem seu início com o próprio discurso do governo brasileiro à época sob regime ditatorial, usando *slogan* nacionalista sobre a região, que dizia ‘*integrar, para não entregar*’, época em que mais de seiscentas empresas transnacionais se fizeram presentes juntamente com o capital estrangeiro na Amazônia. (GONÇALVES, 2005, p. 17-18).

Foi, portanto, a construção imagética da região amazônica que deixou de fora suas particularidades regionais, pois não foi observada toda a multiplicidade *socioecologicocultural* existente na região (GONÇALVES, 2005, p. 19). Todavia, para além da visão ideologizada dos colonizadores, dos exploradores ou dos interesses internacionais sobre a região amazônica, existe outra realidade vivida por essas populações que precisa ser desocultada.

Partimos desses referenciais teóricos como aporte para afirmar que é preciso reconhecer a natureza vulnerável da Amazônia, que convive historicamente com um contexto de ocupação, de investidas e interesse do capital nacional e internacional, para que possamos compreender, como sugerem Cavalcante; Weigel (2002), a situação educacional de suas populações, analisando os resultados e os diversos fatores e condições que estão produzindo esta situação (vulnerabilidades), de modo a poder melhor direcionar as ações relativas à educação. Para estes autores, os interesses que cercam a região amazônica exercem grandes influências nos processo de socialização e na educação que é gerada, mediada e/ou reproduzida para as novas gerações.

Fraxe *et.al* (2009), argumentam que a Amazônia, em suas potencialidades idiossincráticas e diversos modos de ser amazônico, ainda “[...] existe, resiste, re-existe e (re) inventa os percursos de uma história marcada pela desigualdade e interiorização, imposta por um projeto civilizatório que tem como marca a domesticação das múltiplas alteridades amazônicas” (FRAXE *et al*, 2009, p.30).

Os povos amazônidas ao resistirem as práticas de exclusão, invisibilidade, negação de seus territórios e identidades, ausência de políticas públicas, entre outros, trazem consequências não só para a coletividade, como também para a individualidade do homem/mulher, cujos reflexos extrapolam a mente e o corpo dos seus habitantes.

Na compreensão de Stropasolas (2012), as questões que permeiam a dimensão corporal deveriam ser consideradas nos processos sociais e educacionais, avançando para a valorização dos conhecimentos cotidianos e das sociabilidades de /as, homens/mulheres com corpos marcados pela segregação, pelo preconceito social, racial, étnico e de gênero, que revelam peculiaridades dos espaços onde vivem.

Trata-se, portanto, de encarar crianças, adolescentes, jovens e adultos como sujeitos portadores de experiências formativas e conteúdos socioculturais permeados de vivências corpóreas, resistência e valores, geradores de novas epistemologias pedagógicas para referenciar as políticas públicas nas múltiplas Amazônia, que visibilizem a diversidade das identidades das populações, entre elas as das mulheres ribeirinhas escarpadas.

Não é sem razão que Arroyo; Silva (2012) enfatizam a necessidade de incluirmos a dimensão corpórea dos sujeitos do campo, quilombolas e da periferia nos processos de aprendizagem para melhor conhecermos seus processos de sociabilidades, a produção da sua existência, as condições materiais do seu viver, a construção de significados, sentidos, ou seja, as formas de relacionar-se com o mundo, seus traços próprios e diferentes maneiras de se socializar, pensar e aprender.

Nessa linha de raciocínio, os teóricos em estudo apontam para a natureza cultural do corpo como lugar privilegiado de análise, focando na ideia de o “corpo-sujeito” ser o personagem principal do mundo social e portador de uma sequência de disposições para interpretar e agir sobre ele de modo peculiar. Olivier (1995, p. 18) argumenta que “o corpo sujeito é o que age no mundo e que, nesta inter-relação, estende-se para ele, perde suas fronteiras anatomicamente definidas e torna-se marcado pelos símbolos de suas vivências, torna-se presença”.

É a partir dessas evidências que a categoria corpo torna-se central para que compreendamos os contextos socioculturais em que vivem as mulheres ribeirinhas escarpadas, partindo da compreensão de que são seres corporais e produtoras de signos, mediadas pela linguagem e pelas interações sociais. Tal dimensão corporal não perpassa necessariamente apenas por determinantes biológicos, pois quando o corpo sofre mudanças orgânicas, muda também a forma de as mulheres relacionarem-se com

os outros, com a natureza e com o mundo cultural em que estão inseridas, interferindo dessa forma na sua sociabilidade, afetividade e corporeidade.

Os estudos de Hage (2006) demonstram que é imperativo compreendermos as experiências dos sujeitos amazônicos como parte dos processos sociais e educacionais que se veem refletidos nos diversos coletivos étnicos, raciais, sociais, povos das águas e das florestas. Trata-se, portanto, de avançarmos na compreensão da etnodiversidade habitada por sujeitos concretos, possuidores de corpos concretos, experiências, histórias e memórias, partícipes de um modo de produção de vida específico da Amazônia, como relatam as participantes desta pesquisa.

Memórias ancoradas em corpos de mulheres escalpeladas

Nosso intuito com a pesquisa qualitativa de método (auto)biográfico é enfatizar as vozes das mulheres escalpeladas, por entender que elas são as protagonistas de suas histórias de vida. Optamos por apresentá-las⁷ utilizando alguns trechos das narrativas orais em que elas próprias se descrevem e expõem como percebem práticas de discriminação e sua "teoria sobre o 'eu'" (SCHÜTZE, 1983, p. 286 *apud* WELLER, 2009, p. 7), isto é, como são vistas e como querem ser vistas após as aprendizagens que incorporaram biograficamente .

Seringueira tem 46 anos, natural de Muaná, casada há 16 anos e mãe de uma menina de 12 anos. Seu acidente data do ano de 1995, aos 22 anos de idade, com perda total do couro cabeludo e das sobrancelhas. Seringueira revela as experiências sociais vividas na adolescência com seu novo corpo, marcado pelas cicatrizes, e como este interferiu no processo de sociabilidade.

Tinha um menino lá em Muaná e eu afinzona dele e ele afinção de mim, só que o preconceito dele não deixou ele ficar comigo, porque eu usava lenço e todo mundo sabia o que tinha acontecido comigo, cidade pequena, sabe como é [...]. Eu sei disso por quê? Porque depois ele veio falar comigo. Ele me falou arrependido. Aí, depois disso, foi um tapa na cara e eu pensava. Égua, quem vai me querer? E foi assim que começou a história. (SERINGUEIRA, 12/06/2019).

⁷ Os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes de árvores típicas da região amazônica. A escolha é uma homenagem às mulheres ribeirinhas que, apesar dos percalços vividos, se revelam frondosas, fortes e com memórias enraizadas da vivência em seus territórios ribeirinhos na Amazônia.

As narrativas de Seringueira quanto às marcas do preconceito social sofrido, nesta fase da vida, não impediu que ela encontrasse quem não tivesse vergonha de estar ao lado de uma mulher que não portava mais os cabelos, e sim cicatrizes, pois casou-se posteriormente a este fato narrado. Entretanto, a discriminação apresentou-se em outra relação:

A mãe dele [do marido] tinha preconceito. Aí, eu enfrentei de novo, eu já tinha dificuldade de ter uma pessoa e agora vou sofrer o preconceito da minha sogra! Foi terrível! Ela tinha vergonha de mim, tinha vergonha de me apresentar pra alguém. (SERINGUEIRA, 12/06/2019).

Ao evidenciar a percepção sobre os preconceitos vividos em contexto social e familiar, Seringueira nos diz que o mais incomodo para ela foram "as piadinhas" que era obrigada a ouvir.

Lá, na escola da minha filha, já ouvi umas quantas piadinhas das coleguinhas. Os alunos falam: – Ah tia, sua franjinha [...], não sei o quê. Aí, eu já dou uma chamadinha neles e explico! – Eu uso a franjinha porque eu tenho cicatriz na testa e eu uso pra esconder, porque eu sofri escarpamento. (SERINGUEIRA, 12/06/2019).

Quando se aconteceu, Seringueira conta que não vivenciou preconceitos no espaço escolar, pois não mais frequentava a escola. Entretanto, apesar de não trazer marcas negativas das aprendizagens oriundas das relações no espaço escolar, relata conhecer muitas experiências de outras mulheres escarpadas e é, a partir delas, que desenvolve a sua teoria sobre o papel da escola na formação das marcas do estigma: *Eu já ouvi muitas histórias de meninas que retornaram pra escola e lá puxam o lenço da cabeça e a pessoa fica arrasada. Mana, na escola é horrível. Diretora não dá jeito, professora não dá jeito. Principalmente escola pública!* (SERINGUEIRA, 12/06/2019).

Outra narrativa marcante é a de Andiroba, em que também podemos observar a percepção do preconceito social: *Às vezes a gente ouve muita coisa das pessoas, as pessoas te olham diferente* (ANDIROBA, 05/07/2019). Andiroba é natural de Lábrea, município do interior do Estado do Amazonas, tem 46 anos e é casada há 20 anos. Seu acidente data do ano de 1982, quando tinha 9 anos, com perda total do couro cabeludo, de uma sobrancelha e metade da orelha esquerda. Sobre as aprendizagens social, ela narra:

Eu passei um ano sem sair do prédio que eu trabalhava; só ia jogar o lixo, porque foi uma fase que eu nunca esqueci, que o filho de uma patroa fez comigo. A gente ia pra chácara deles e ele me chamou e disse: – Você não vai! Ele tinha apenas 10 anos, esse menino. – Você não vai, porque você é uma empregadinha, você não tem cabelo e a gente tem vergonha de você. – Minha mãe não te fala, mas a gente tem vergonha de ti! Eu te juro que eu nunca esqueci o que aquele menino me disse. Naquele dia o chão acabou ali (ANDIROBA, 05/07/2019).

Outra mulher entrevistada foi Copaiá, de 25 anos, natural de Barcarena-PA, casada há 5 meses. Ela conta que, devido ao inchaço no seu rosto – que demorou a sumir – presenciou diversos momentos de preconceito quanto a sua aparência. Ela narra que, numa das vezes em que foi ao hospital, em Belém, para realizar uma ressonância, *as pessoas me olhavam achando que eu tinha pegado porrada, me olhavam assim mesmo, com um olhar diferente, e eu me senti mal com aquela situação e eu preferi não sair nem pra escola* (COPAÍBA, 09/07/2019).

É importante destacar que as aprendizagens das mulheres escarpeladas ocorrem sob o ponto de vista dos "normais", que as desqualificam. Diante desse entendimento, elas se escondem e se encobrem, evitando o convívio.

As narrativas sobre as relações estabelecidas, no espaço social e escolar, também revelam momentos de tensão nos processos de sociabilidade e as marcas negativas que a escola deixa, como a ausência de apoio, o que também ocorreu com Mangueira, outra entrevistada, natural do município de São Sebastião da Boa Vista, 24 anos, casada há 6 anos e mãe de duas meninas de 6 e 4 anos. Seu acidente provocou a perda parcial do couro cabeludo e o esmagamento da córnea direita.

A minha vida na escola, depois do acidente, foi bem triste, porque, devido eu ter o problema de visão, eu tinha também o problema do escarpelamento. Então, tem muitos garotos na escola, meninos, meninas, que às vezes assim... eles olham pras pessoas, mas pra eles aquilo ali não é nada, pras pessoas que não sentiram. Só sabe quem sente. Eu passei por muito *bullying* na escola e quem me defendia era meu irmão, e ele só parava na secretaria todo tempo por causa de mim. Minha mãe ia na escola reclamar, mas eles não tomavam providência nenhuma. Aí, nessa história, quem sofria era eu. Aí, foi com o tempo, eu não quis mais estudar. (MANGUEIRA, 04/07/2019).

O retorno para a escola após o acidente é um momento crítico na vida das mulheres escarpeladas estudadas, pois o círculo de proteção familiar, no espaço escolar, não pode mais protegê-las. Elas terão agora que aprender sozinhas a lidar com a

estranheza dos olhares e a discriminação das pessoas. Sem estrutura psicológica, sem apoio escolar e familiar 7 (sete) participantes desta pesquisa, abandonaram a escola, interrompendo seus estudos no ensino fundamental em razão do medo da rejeição. Sentimento, este presente também nas demais participantes, o qual não foi impeditivo para que elas concluíssem o Ensino Médio mesmo tardiamente, muito em função do apoio familiar e escolar que tiveram.

É o caso de Sucuuba, hoje com 18 anos, natural de Portel, que também narra as experiências escolares após o acidente que sofreu quando tinha 9 anos de idade. Ela perdeu todo o couro cabeludo e parte da pele do pescoço. Sobre seu retorno escolar após o acidente, ela conta:

Quando eu voltei pra escola, ficavam me apelidando de caldeirão, que era um cabelo [peruca] grandão, que eu colocava, o cabelo e o boné, e eu achava que era brincadeira; eu levava na brincadeira. Mas foi quando eu fui crescendo, que eu fui entender que não era brincadeira, que era bullying, aí eu fui começando a me sentir mal na escola. (SUCUUBA, 27/08/2019).

A partir das narrativas, subentende-se que essas mulheres carregam as tensões das experiências de aprendizagem socioeducacionais, que lhes informam que seu corpo está preso às expectativas normativas da sociedade, "preso no espelho do social", "objeto concreto de investimento coletivo, suporte de ações e de significações" (LE BRETON, 2007, p. 77), alheio a sua vontade. Na narrativa de Andiroba, por exemplo, podemos identificar que nas marcas da ausência do apoio escolar estão presentes também às visões normatizantes que aprisionam o corpo a um modelo ideal.

Os professores não ligavam muito se o garoto vai te caçoar ou não vai. Ele não ligava muito, porque era quase normal um caçoar do outro. Então, não importava o meu defeito. Então, qualquer pessoa que tivesse defeito, um caçoava o outro, entendeu? Uma vez eu fiquei chateada porque o menino tava tirando o pano da minha cabeça e fazendo chulipa. Eu dizia: – Olha professora esse menino tá fazendo isso comigo! Eu lembro da frase dela falando assim: – Mas tu não tem cabelo! Tipo assim, eu tava reclamando daquilo e ela simplesmente, falou: – Tu não tem cabelo! Tipo assim, porque tu tá achando ruim? (ANDIROBA, 05/07/2019).

As lembranças da trajetória escolar interrompida decorrente do preconceito, da discriminação e da falta de apoio na escola também estão presentes nas narrativas de Maçaranduba, 24 anos, natural do município de Bagre, separada do pai do seu único

filho, hoje com 10 anos. Seu acidente ocorreu em 1997, quando tinha 3 anos de idade, ocasionando perda total do couro cabeludo, da sobrancelha esquerda e de metade da orelha esquerda. O acidente foi determinante para o abandono escolar.

Eu chegava na escola, as pessoas, ah! porque tu é isso, porque tu é aquilo [...] então eu me batia com aquilo. Então, eu chegava em casa e dizia: – Olha, mãe eu não vou mais estudar, eu não quero mais! As vezes eu lutava com aquilo, ia, ia até no meio do ano, que quando eu chegava no meio do ano pra lá eu não ia mais, eu já desistia. (MAÇARANDUBA, 08/12/2015).

A marca do escarpelamento também está presente na trajetória escolar de Mamorana, 21 anos, casada há três anos e mãe de dois filhos, um menino de 3 anos e uma menina que nasceu 3 dias após essa entrevista. Mamorana foi vítima de escarpelamento em 2007, aos 9 anos de idade, com perda total do couro cabeludo, tendo passado por sete cirurgias reparadoras.

No período que eu passei na escola me deixou muito pra baixo, então eu pensava que todo lugar que eu fosse iam me tratar desse jeito. – Ah, ela não tem cabelo, ela é careca, eu pensava que em todos os lugares que eu fosse eu ia ser recebida assim. Isso ficou na minha mente por muito tempo. Hoje que eu já consigo sair na rua, eu não conseguia sair na rua. (MAMORANA, 27/05/2019).

As análises das narrativas revelaram, portanto, que os processos de sociabilidades e aprendizagens das mulheres são fundamentalmente marcados pela dimensão corporal, não apenas pelas dores físicas e cicatrizes que o acidente provoca, mas também pelas marcas da autocrítica e do enfrentamento ao preconceito experienciado com o corpo marcado, uma vez que as mudanças ocorridas no corpo, após o escarpelamento, mudam também a forma de se relacionar com os outros e com o mundo social em que estão inseridas, evidenciando diferentes processos de aprendizagem de si, ora marcados pela passividade, vergonha, medo, *bullying*, preconceito e discriminação, ora, pela recusa/resistência à vitimização.

Assim, vergonha e medo se tornam sentimentos que surgem naturalmente quando elas percebem que não possuem os atributos estéticos padrão exigidos pela sociedade, revelando em suas narrativas "o medo de que os outros possam desrespeitá-las por algo que elas exibam, significando que sempre se sentirão inseguras em seu

contato com os outros" (GOLFFMAM, 1981, p.14), o que reforça a sua autoexigência e a autodepreciação.

Le Breton (2007, p. 73-74) adverte que "nossas sociedades ocidentais fazem da "deficiência" um estigma [...]. Fala-se então de "deficiente" como se em sua essência a pessoa fosse um ser "deficiente", ao invés de "ter" uma deficiência". Neste contexto, os relatos das mulheres escarpadas nos revelam que o indivíduo sempre está emaranhado em seu contexto sócio-histórico, que reverbera e o interpela para a aquisição de *habitus*, referente ao seu contexto e grupo social (BOURDIEU, 2002). A sociedade, dessa forma, ao estabelecer critérios para categorizar e normatizar os sujeitos, os classifica, instaura divisões, atribui rótulos que criam estereótipos, fixa modelos de normalidade e anormalidade, e de forma sutil – ou por meio da "violência simbólica" – a sociedade separa, distingue e discrimina (SILVA, 1999). Nesta direção, quando nos encontramos frente a um estranho, usamos sua aparência corporal para localizá-lo em alguma das categorias preexistentes já conhecidas por nós, passando a adjetivar os sujeitos, deixando de substantivá-los, ou seja, o que passa a "caracterizar o sujeito não é seu atributo de sujeito (substantivo), mas sim o seu adjetivo estigmatizador (deficiente, disforme)" (PANELLA, 2017, p. 178).

Diante do exposto e das narrativas, podemos inferir que as mulheres escarpadas convivem com variadas situações angustiantes no contato social e escolar. Estas são, sem dúvida, fontes de mal-estar que as obrigam a desenvolverem "mecanismos de adaptação" (GOLFFMAM, 1981, p.33), travando suas próprias batalhas de identificação e aceitação.

Neste conjunto de mecanismos de adaptação e de batalhas no enfrentamento do estigma, engloba-se também o entendimento de que elas não podem, e não querem, ser identificadas apenas pelas suas "desvantagens" físicas, como evidenciam as narrativas de Maçaranduba e Andiroba:

Até quando eu vim fazer a minha matrícula [escola] eles [coordenadora] prescreveram umas coisas que eu não poderia fazer, só que aí eu conversei. Primeiro, foi que eles [coordenação] colocaram que na mesma sala que eu ficasse teria que ter menos pessoas, por causa que eu não podia escutar muito barulho, por causa da dor de cabeça; eu não poderia ter uma sala muito cheia, porque eu poderia ter alguma coisa por causa do problema de visão e precisaria sentar perto do quadro. Então, eu falei pra ela [coordenação] que não, que por mim não ia ter isso, que eu não queria isso. Eu falei que não queria ter essa diferença das outras pessoas; os mesmos direitos que as outras pessoas tinham, esse direito eu queria ter (MAÇARANDUBA, 08/12/2015).

Eu fui culpada de ter abaixado minha cabeça, de não ter ido atrás do que eu realmente queria, por medo. Porque você não tem que deixar acontecer, tenho que lutar e não deixar acontecer. Eu não vou deixar mais ninguém me bater e passar por cima de mim. Agora eu tenho essa consciência, que eu sou um ser humano, que eu tenho direito igual a todos. Eu só não tenho cabelo. (ANDIROBA, 05/07/2019).

A partir de uma análise mais atenta sobre as narrativas das mulheres escalpeladas, focamos não apenas no *que* foi dito, mas também no *como* foi dito e no *não-dito*, isto é, no que ficou nas entrelinhas, buscando-se identificar as referências utilizadas no decorrer da narração, as passagens explicativas e argumentativas, os juízos de valor, as opiniões e avaliações sobre as suas identidades, o que nos permitiu identificar as reflexões, teorias operativas e abstração dessas mulheres escalpeladas como teóricas "do seu eu" (SCHÜTZE, 2011, p.03).

Se o indivíduo é fruto de um conjunto de experiências sociais em contextos múltiplos, temos que levar em conta a dimensão da "experiência vivida" para compreendê-lo, pois é ela que permite apreender a história como fruto da ação dos sujeitos (THOMPSON, 1984). Neste sentido, apesar de as mulheres construírem a imagem de si a partir das informações sociais que as outras pessoas já construíram sobre elas, não podemos deixar de observar a liberdade que possuem em relação àquilo que elaboram sobre si.

A indesejabilidade percebida de uma propriedade pessoal particular, e sua capacidade para acionar esses processos de normalidade e estigmatização, têm a sua própria história, uma história que é regularmente mudada por uma ação social intencional. (GOFFMAN, 1981, p.118).

Em outras palavras, as mulheres escalpeladas, estigmatizadas, não se definem como diferentes de qualquer outro ser humano, embora as pessoas próximas o façam. Neste sentido, nos orientam Oliveira; Vieira (2015, p. 47) que a ênfase recai "sobre a constituição da relação social e o papel ativo dos sujeitos na sua construção, já que as relações sociais estão em permanente atualização/modalização". Para estes teóricos, as formas e os conteúdos das sociabilidades são complexas e diversas, pois "a sociabilidade significa a própria invenção livre do social, não estando localizada nas zonas institucionais mais duras ou cristalizadas. Nela, os investimentos subjetivos são imensos, pois nada está normatizado de antemão (OLIVEIRA; VIEIRA, 2015, p.49).

Uma vez que os processos de sociabilidade não se dão por meio da reprodução do social, mas estão abertos à liberdade dos indivíduos, relacionados a pensamentos mais espontâneos, afastam-se, portanto, da obediência aos padrões e às normas sociais vigentes, ou seja, por estar relacionado às escolhas e às intersubjetividades dos indivíduos, o processo de sociabilidade é a própria trama em que os indivíduos tramam-se, por meio do "reflexo, reflexão e reflexividade a um só tempo, ao constituir o mundo e constituir-se em sua subjetividade" (OLIVEIRA; VIEIRA, 2015, p. 60).

Nesta direção, dentre os mecanismos de adaptação desenvolvidos pelas mulheres vítimas de escarpamento, identificamos as estratégias de pertencimento como enfrentamento às discriminações, revelando-se também como práticas de resistências incorporadas biograficamente. Estes mecanismos, ou estratégias de adaptação, são desenvolvidos por meio das relações estabelecidas com seu grupo-de-iguais na ORVAM e no Espaço Acolher⁸, lugar de encontro, abrigo e acolhimento das vítimas.

Outra entrevistada, Samauma, 21 anos, solteira, natural de São Sebastião da Boa Vista, sofreu o acidente em 2007, aos 10 anos de idade, tendo perda total do couro cabeludo e das sobrancelhas. Ela narra sobre a sociabilidade estabelecida nessa primeira instituição:

Através da ONG, eu ganhei autoconfiança, com certeza, porque aqui, as assistentes sociais, aqui no início tinha psicólogo, agora ainda tem, mas não com a frequência que tinha antes. Eu vinha pra cá quase todo dia, essa era a minha rotina [...] casa, escola e ONG, eu sempre vinha pra cá; então aqui eu passei a ver as coisas diferentes, passei a aprender as coisas. (SAMAUMA, 22/05/2019).

Na ORVAM, bem como no Espaço Acolher, as mulheres buscam apoio, dão e recebem afeto e dividem experiências com as que compartilham o estigma de ser escarpada, como companheiras de sofrimento.

A ORVAM pra mim é tudo! Gosto, amo vim pra cá. Porque ela foi pra mim, que me tirou aquela vida que eu não tinha. Eu tinha uma vida fechada, de não falar sobre o escarpamento. No começo era meio estranho, fizemos alguns encontros entre com as pessoas, pra fazer aquela rodada, onde você vai contar a sua história, mesmo

⁸ O Espaço Acolher é uma instituição que objetiva assegurar o pleno desenvolvimento das vítimas e familiares acompanhantes, com práticas inclusivas de educação, saúde e atividades sociopedagógicas, culturais, cursos de artesanato e oficinas para geração de renda. A partir de 2011, o Espaço Acolher passou a contar com a atuação de professores da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), no atendimento às necessidades de escolarização dessas vítimas, garantindo a continuidade do processo de educação através da Classe Hospitalar.

chorando [...] conte tudo o que aconteceu. Coisa que você nunca fez, você fazia. (SERINGUEIRA, 12/06/2019).

Lá no Espaço Acolher as meninas me ajudam muito. Eu vejo a autoestima das pessoas que tão lá, que são aquelas pessoas que brincam, fazem palhaçada, entendeu? São aquelas pessoas que tão sempre felizes. Então todas as meninas que conheço, todas nós se damo bem. A gente ajuda uma a outra quando uma tá precisando, uma tá triste a gente vai lá, anima. Então, lá é praticamente a nossa segunda casa. A gente até brinca com nossos acidentes hoje, coisa que não tinha coragem. Então, todo mundo lá se dá, todo mundo bem. (SUCUUBA, 27/08/2019).

Antes era muito fechada pra falar sobre esse assunto, eu me emocionava muito e eu achava difícil eu falar e, com o tempo, eu aprendi com as meninas do Espaço, aprendi a contar, aprendi a parar com esse negócio. Num tem jeito mesmo. Assim, mas todo mundo sabe no meu trabalho, todo mundo sabe. (PALMEIRA, 18/11/2019).

São nesses espaços social e educacional que elas aprendem a dividir as dores, aprendem modos de ser, modos de se relacionar, modos de experimentar, modos de aprender, com uma dinâmica particular de ritos e processos de afirmação que perpassam em diversos planos e dimensões, incluindo seus corpos, e assim aprendem a lidar com o consequencias do escarpelamenta e a adaptar-se física e psiquicamente ao estigma que sofrem. As vítimas mais antigas ensinam as que estão chegando, pois sabem do sofrimento que estão passando e passarão quando retornarem ao convívio social e escolar. É nesse movimento entre a aprendizagem do encobrimento e a aceitação das sequelas do acidente que podemos perceber as estratégias de pertencimento, enfrentamento e resistência e como elas se definem: *Eu me sinto mais forte, mais ativa, até pra olhar na rua, que antes eu não tinha vontade, tinha vergonha* (MAMORANA, 27/05/2019).

Hoje eu tenho orgulho de ter a família que eu tenho pra me apoiar (a voz embarga). Meu sonho também é ajudar as pessoas. Hoje eu já sou bem acostumada com o que eu sou e com tudo isso que eu sou...Hoje eu faço de tudo pra ajudar aquelas meninas que estão passando agora pelo o que eu passei. Eu tento fazer de tudo pra ajudar. Eu quero vê-las sorrindo. E a minha história é essa. (MANGUEIRA, 04/07/2019).

Hoje eu olho pra mim, eu já não me critico como eu me criticava. Hoje eu chego pra mim e falo: – Hoje eu sou vitoriosa, porque eu venci os meus medos. O medo que eu tinha de sair na rua. Eu tinha muito medo de sair na rua e as pessoas me criticarem. Então, a fatalidade me fez enxergar que tudo eu posso vencer. Não há nada impossível, quando eu coloco dentro de mim que eu posso vencer, que eu posso ser feliz. Hoje eu entendo que tudo que acontece, ou é

pra pior ou é pra melhor. Então, o meu acidente foi pra melhor, entendeu? (SUCUUBA, 27/08/2019).

É comum as narrativas revelarem a crença de que as privações vividas após o acidente foram sofrimento compensatório, pois lhes geraram aprendizagens e conhecimentos que poderão ajudar e ensinar outras pessoas a superar outros problemas emocionais, estratégia de enfrentamento que também podemos observar na narrativa de Samauma, 21 anos, solteira, natural de São Sebastião da Boa Vista. Ela sofreu o acidente em 2007, aos 10 anos de idade, com perda total do couro cabeludo e das sobrancelhas. Samauma não parou de estudar, apesar de ter experienciado o preconceito e a discriminação no espaço escolar. Ela conta que teve o apoio de alguns professores. Atualmente, Samauma faz graduação em Psicologia, pois alimenta o sonho de ajudar as pessoas, especialmente mulheres em situação de violência: *Eu quero Psicologia (estudar) porque eu quero ajudar outras meninas, e também ajudar as mulheres que sofrem de abuso sexual, de violência doméstica; eu queria muito ajudar outras pessoas* (SAMAUMA, 22/05/2019).

Percebemos nas narrativas das mulheres escarpadas que, quanto mais complexas e desafiadoras são suas trajetórias autobiográficas, maior é a vontade de superá-las e dividir com outras suas dores visando a uma superação conjunta. Porém, a forma como atribuem sentido a sua própria experiência revela como cada uma elabora a sua subjetividade e o enfrentamento às dificuldades, ao que se chama de "processo de aceitação" (GOFFMAN, 1981) da condição de mulher escarpada, do próprio corpo e de si, o qual varia de acordo com a percepção micro e macro, individual e coletiva, subjetiva e objetiva. São esses processos de aceitação que fundamentam as escolhas, os enfrentamentos experienciados que agora darão sedimento à construção de uma nova feminilidade, autoestima e reconhecimento de si como ilustram as passagens a seguir:

Então, naquela época a opinião das pessoas valia muito pra mim entendeu? Eu me incomodava muito. Mas hoje, não. Hoje o que falam, ou o que deixam de falar de mim, já é totalmente diferente. A opinião das pessoas já não me importam mais. Se a pessoa me xinga aqui eu viro a cara pro outro lado e vou me embora, não falo mais nada. Que é como eu falei, que eu já não ligo mais. Porque eu me aceito! Eu gosto de mim do jeito que eu sou, entendeu? Então, eu lido muito bem com isso e eu não tenho problema nenhum. (MAÇARANDUBA, 08/12/2015).

Eu tenho várias [perucas], tenho lisa, tenho cacheada. Então eu gosto de usar, hoje eu entendo que eu amo usar peruca. Por exemplo: eu

posso usar a peruca que eu quiser. Pode ser vermelha, loura, preta, cacheada, eu posso usar. Então isso é legal! Eu já não tô me importando com a opinião das pessoas; se a pessoa não for gostar, mas eu gostei. Então, o meu gosto não é o que vai agradar todo mundo, né? (SUCUUBA, 27/08/2019).

As marcas físicas e sociais e educacionais nos corpos de mulheres escalpeladas, que parecem doer de maneira especial em cada uma, são reveladoras do seu aprendizado do mundo, da cultura e dos valores ancorados em seus corpos, permeando suas sociabilidades, obrigando-lhes a reinventarem os convívios nos diferentes espaços sociais e educacionais em que estão inseridas; em outras palavras, o modo como compreendem a realidade com seu corpo marcado deriva das observações e percepções individuais resultantes das experiências dos processos de sociabilidades normatizadoras, do ideal normativo de corpo que vai sendo inculcado, das práticas sociais e educacionais decorrentes das sociabilidades experienciadas no passado e no presente que as formam, dando origem assim a sua nova percepção de si, de sua realidade, de valores e de identidade de mulher ribeirinha, agora escalpelada.

Dessa forma, ao atribuírem um sentido e uma explicação a estas experiências e enfrentamentos, elaboram a teoria do seu "eu", uma autodescrição biográfica, condição essencial para uma nova aprendizagem. Em outras palavras, estas mulheres recusam a condição de vítimas e elaboram, na relação com seu entorno, novos projetos biográficos de futuro visando à conquista de seus espaços e do direito de viver com dignidade.

Considerações finais

Todos temos lembranças e saudades de nossa infância, tempos de brincadeiras em que as preocupações não nos inquietavam. No caso das mulheres ribeirinhas escalpeladas, esse tempo de ser criança é marcado pelo acidente por escalpelamento, que lhes rouba a infância e lhes trazem à lembrança fatos que gostariam de esquecer. São lembranças arraigadas institucionalmente nos tempos de estudantes e nas relações estabelecidas com colegas, professores, familiares e a comunidade que, ao serem narradas, trazem as marcas das experiências com o preconceito social e educacional e das aprendizagens que incorporaram biograficamente. São narrativas que revelam as práticas sociais e educacionais da infância e juventude roubadas pelo acidente e que expressam as sociabilidades que perpassam diversos planos e dimensões, incluindo a afetividade e a corporeidade das ribeirinhas escalpeladas.

As questões relativas à corporeidade das mulheres vítimas de escarpamento nos remetem à urgência de dar visibilidade aos estudos das especificidades de crianças, adolescentes, jovens e adultos na região amazônica, no que tange aos processos de sociabilidades de corpos vitimados pelo escarpamento, estigmatizados, expostos a preconceitos sociais. Chamar a atenção para estas especificidades é ampliar nossa visão na compreensão de que, para além da produção dos processos formais de escolarização, como aprender a ler, contar e escrever, existe a dimensão corporal por em que perpassam a produção ou a destruição de autoimagens e subjetividades que incidem em corpos vitimados pelo sexismo, racismo, machismo, exploração do trabalho e desigualdades de gênero.

Nesta direção, como educadoras que concebem homem e mulher em sua totalidade, argumentamos que a experiência da fome, do desemprego, da miséria, da exclusão, da exploração sexual e do trabalho infantil, que pesam e marcam esses corpos amazônidas, também deveriam ser encaradas como fonte de conhecimento em diversos espaços sociais, e fundamentalmente, nas escolas, uma vez que estas vivências estão permeadas de sentidos, percepções, memórias, convívios, modos de sociabilidade, resistência e ricas aprendizagens que adentram o espaço escolar e a sala de aula.

Conforme Arroyo (2014, p.161) pondera, são crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de corpos e vidas ameaçados, imersos no viver subumano, no campo, no quilombo e ou nas periferias, que na luta pela sobrevivência "vão se formando como sujeitos de escolhas, de valores e de liberdade" e, da mesma forma, revelam-se igualmente corpos portadores de resistência, de luta pela libertação e protagonistas de sua sociabilidade, logo produtores de um conhecimento que necessita ser reconhecido. Neste contexto, na condição de corpos escarpados, portadoras de vidas precarizadas, questionam-se e reinventam-se diante da questão de "como deixar seu mal-viver e aprender-se nos variados espaços pedagógicos fora dos processos de escolarização?" (ARROYO; SILVA, 2012).

Compartilhamos, portanto, do pensamento de Ferraço (2003, p. 168), quando afirma que precisamos considerar "que os sujeitos cotidianos, mais do que objetos de nossas análises, são, de fato, também protagonistas, também autores de nossas pesquisas", que têm definitivamente muito a dizer e ensinar.

Nessa perspectiva, as mulheres participantes deste estudo, a partir dos seus relatos autobiográficos, ao narrarem sobre as dores e marcas do preconceito e discriminação, revelam as aventuras, comédias e dramas de suas vivências nos mais

variados cenários social, educacional e cultural, tornando-se, assim, as protagonistas de suas sociabilidades, uma vez que são elas que escrevem e reescrevem sua história, constroem seu jeito de ser e pensar-se, fazem cultura, marcam sua presença e recriam seus territórios dentro desse novo corpo. Ousamos afirmar, dessa forma, que em suas narrativas, elas são protagonistas de verdadeiras obras de arte e resistência produzidas por elas próprias, mesmo que ainda não tenham a consciência de que são elas as artífices desse processo.

Referências

- AMANTINO, M. E eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. In: PRIORE, M.D.; AMANTINO, M. (org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. da. (org.). **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias do corpo. Petrópolis. Vozes, 2012.
- ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. da. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 8 ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.
- BOGDAN, R. BIRKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto e Porto, 1994.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; WEIGEL, Valéria Augusta C. de M. Educação na Amazônia: oportunidades e desafios. In: Alex Fiúza de Mello. (org.). **O futuro da Amazônia**: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. Belém: EDUFPA, 2002, v. , p. 71-86. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em: 02 de abril de 2015.
- FERRAÇO, C.E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C. e MIGUEZ, S. F.. **O ser da Amazônia**: identidade e invisibilidade. In: Ciência e Cultura, vol. 61, n. 3, 2009. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252009000300012&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 30 Mai. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Luciana de; VIEIRA Vanrochris Helbert. **Nas tramas do discurso**: sociabilidade comunicação cultura poder. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 33, p. 46-63 maio/ago. 2015.

OLIVIER, Giovanina Gomes de Freitas. **Um olhar sobre o esquema corporal, a imagem corporal e a corporeidade**. 1995. 100f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275242>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1981.

HAGE, S. M. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. In: CORRÊA, Paulo Sérgio de A. (org.). **A Educação, o currículo e a formação dos professores**. Belém, EDUFPA, p. 149-170, 2006.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PANELLA, R. J. **Corpo, cultura e educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2017.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PITANGA, M. E. S. **As representações sociais da família construídas pelas meninas atendidas na Casa Mamãe Margarida na cidade de Manaus/AM**. Manaus: FAGED/UFAM, 2006. [Dissertação de Mestrado]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1905>. Acesso em: 10 de out. de 2018.

SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

STROPASOLAS, V. L. Os significados do corpo nos processos de socialização de crianças e jovens do campo. In: ARROYO, M.; SILVA, M. R. da. (org.) **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias do corpo. Petrópolis. Vozes, 2012.

THOMPSON, E. P. **Tradicion, revuelta y consciencia de classe**. Barcelona: Crítica, 1984.

WELLER, W. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze. *In: Reunião Anual da ANPED*, 32., 2009, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ANPED, 2009. p. 1-16.

Entrevistas

ANDIROBA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 05 jul. 2019.

COPAÍBA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 09 jul. 2019.

MAÇARANDUBA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 08 dez. 2015.

MAMORANA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 27 mai. 2019.

MANGUEIRA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 04 jul. 2019.

PALMEIRA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 18 nov. 2019.

SAMAUMA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 22 mai. 2019.

SERINGUEIRA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 12 jul. 2019.

SUCUUBA. Entrevista concedida por mulher escalpelada à Edwana N. Almeida. Belém, PA, 12 agosto 2019.

Recebido: 26/11/2019.

Aceito: 09/08/2020.

Publicado: 06/09/2020.